

# Os Brasiguaios Sem-Terra na Reforma Agrária<sup>1</sup>

## Ener Vaneski Filho

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná – PPGMADE - UFPR. Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – IPPRI/UNESP

e-mail: enervan@yahoo.com.br

## Nashieli Rangel Loera

Professora no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Coordenadora adjunta do Centro de Estudos Rurais/Unicamp

e-mail: nashieliralo@gmail.com

## Resumo

Este trabalho é uma aproximação teórica e prática de um grupo de agricultores que saiu do Brasil em diversos momentos a partir de 1950, rumo ao leste do Paraguai, e que a partir de 1985 começou a retornar de forma organizada, são eles reconhecidos como brasiguaios. A pergunta que motivou esse trabalho foi a de compreender as razões que levaram esse grupo a circular traspassando fronteiras nacionais e reivindicar após anos de idas e vindas uma identidade “camponesa” e uma terra da reforma agrária. Para isso, a pesquisa buscou através de trabalho de campo e documental, refletir sobre as origens do termo ‘brasiguai’ junto aos primeiros retornados, hoje moradores do município de Novo Horizonte do Sul no Mato Grosso do Sul, e os motivos da luta pela terra no acampamento “Antonio Irmão Brasiguai”, em Itaquiraí-MS. Através dos relatos de diversos atores envolvidos nesse processo, percebemos que, como em uma espiral, seguem em curso novos acampamentos que surgem nessas fronteiras e os acampados reivindicam direitos baseados em uma particularidade; a de ser brasiguai.

**Palavras-chave:** Campesinato; reforma agrária; brasiguaios.

## The Landless Brasiguayos in Agrarian Reform

### Abstract

This work is a theoretical and practical approach about a group of Brazilian rural workers who left Brazil towards the east of Paraguay in different times from 1950. Since 1985 they, in an organized way, started to return. In Brazil they are recognized as “brasiguaios”. The main question of this work is to investigate and to understand the reasons why, after so many displacements, including crossing borders, this particular group is now identifying themselves as “peasant” and are fighting for a land through Brazilian agrarian reform. The research through the fieldwork and documental search focus on the origins of the term “brasiguai”, specially by interviewing the first returnees, who are living today at Novo Horizonte do Sul, a town in Mato Grosso do Sul state, and also focus in what mobilize landless workers of the “Antonio Irmão Brasiguai” camp (Itaquiraí-MS) in the struggle for land. We seek for different

---

<sup>1</sup>O texto é o resultado parcial da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), sob o título; Territórios em Movimento: os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.

actors enrolled in the process of camping and claims of lands rights, since a lot of new camps have emerged in the region, through the same allegations of being brasiguaios.

**Keywords:** Peasantry; land reform; brasiguayos.

## Los brasiguaios sin tierra de la Reforma Agraria

### Resumen

Este trabajo es una aproximación teórica y práctica de un grupo de agricultores reconocidos como brasiguayos que salió de Brasil en diversos momentos, a partir de los años de 1950 rumbo al este de Paraguay, y que a partir de 1985 empezó el regreso de forma organizada. La pregunta que motivó este trabajo fue la de comprender las razones que llevaron a ese grupo a circular, traspasando fronteras nacionales y a reivindicar después de sucesivas idas y venidas, una identidad campesina y una tierra fruto de la política de reforma agraria. De esta manera, la principal pretensión de la investigación fue la de, a través de trabajo de campo y documental, reflexionar sobre los orígenes del término ‘brasiguayo’ entre los primeros ‘retornados’, hoy habitantes del municipio de Novo Horizonte do Sul en el estado de Mato Grosso do Sul, así como los motivos de la lucha por la tierra de los participantes del campamento “Antonio Brasiguai” en Itaquiraí –MS. Seguimos relatos de diversos actores participantes de ese proceso, que como en una espiral, siguen su curso, formando nuevos campamentos en las fronteras reivindicando derechos con base en una particularidad, la de ser brasiguayos.

**Palabras clave:** Campesinato; reforma agraria; brasiguayo.

### Introdução

Desde os anos de 1990 a través de literatura diversa e da mídia sabemos da existência de um grande movimento de agricultores brasileiros que se deslocaram em direção ao Paraguai. O que não sabíamos era sobre seu retorno a terras brasileiras, e em 2009, durante o trabalho de campo para realizar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), no então recém-criado assentamento Milton Santos em Amaporã - Paraná tivemos contato com muitas famílias relatavam terem vivido anos no Paraguai e terem retornado ao Brasil para se incorporarem a luta por *reforma*, tendo vivido anos em acampamentos estando nesse momento oficialmente assentados, eram “beneficiários”<sup>2</sup>.

Em 2010 as notícias veiculadas na mídia, principalmente uma matéria exibida no programa globo rural, davam conta de um quadro “dramático” dessas populações. Parecia-me que ali existia um caso a ser pesquisado sob a ótica da resistência camponesa<sup>3</sup>.

A proposta inicial do projeto era buscar compreender como, depois de tantas adversidades, deslocamentos, desterritorializações, em ambos os países, essas famílias

<sup>2</sup> Veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, a matéria mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios acampados no acampamento Antonio Irmão Brasiguai no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

<sup>3</sup> A matéria veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios do acampamento Antonio Irmão Brasiguai no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

continuavam se declarando agricultores. A base teórica que tínhamos para explicar esse tipo de situações era limitada, tendo como base os trabalhos de Sprandel (1992), Souchaud (2007).

## Contextualizando

Segundo Wagner (1990), o Paraguai tinha de conseguir mão obra barata, por isso, no governo de Stroessner, sua equipe elaborou um plano para agilizar a ocupação via agricultura, uma marcha para o Leste. Para isso ela priorizou pessoas do Norte e Nordeste do Brasil, as quais, segundo eles, seriam melhores por sua condição marginalizada e disposição ao trabalho de realizar o “corte do mato”<sup>4</sup>. Depois, segundo o autor, os estrategistas paraguaios teriam preferido os colonos do Sul do Brasil<sup>5</sup>.

Somados a esse processo, expulsos pela modernização do lado brasileiro, chegavam famílias de agricultores, formando-se um importante fluxo. Para entender quem são esses agricultores do Sul é importante a leitura de Seyferth (2009), que indica:

No fim do século XIX começou a expansão para o oeste e o norte do Rio Grande do Sul e para o oeste de Santa Catarina e, pouco mais de uma década depois, para o oeste do Paraná (...) A regularidade da migração rural pode ser vista como um componente estrutural da colonização na forma como foi implementada no sul do Brasil (SEYFERTH, 2009, p. 59).

Souchaud (2011) assim descreveu a população imigrante brasileira que encontrou em seus trabalhos de campo no Paraguai:

A população imigrante, que pode ter alcançado até talvez 500 mil pessoas, é formada hoje por perfis diversificados: pequenos agricultores, trabalhadores rurais, diaristas ou assalariados, mas também empresários, empregadas domésticas, operários da construção civil, jovens funcionários do setor comercial, técnicos etc., demonstrando o alto grau de consolidação e diversificação deste território (SOUCHAUD, 2011, p. 133).

Baller (2014), dialogando com Norbert Elias e identificando importante fluxo de agricultores que saíram do Paraná para a *fronteira*, destaca que:

Por outro lado, destacamos o êxodo rural no Paraná, pois o êxodo viabilizou para as pessoas que saíam do Brasil a busca pela terra no Paraguai, e na historicidade desse processo vão produzir uma nova face de configuração do país vizinho com a propagação do agronegócio. As áreas rurais são locais de intensa sociabilidade e a fronteira revela que não há apenas integração, mas o predomínio sociocultural de grupos majoritários sobre os

<sup>4</sup> O governo sob a direção de Alfredo Stroessner Matiauda, compreende o período de 15 de agosto de 1954 – 3 de fevereiro de 1989.

<sup>5</sup> Para Woortmann (1990) o que se sobressai tanto nos grupos de colonos do Sul como nos de sítiantes do Nordeste brasileiro, os quais foram por ele estudados, é a autonomia para traçar suas estratégias reprodutivas, ao mesmo tempo em que afirma ser comum a ocorrência de famílias extensas.

minoritários com os fronteiriços produzindo relações societárias, como por exemplo, de ‘estabelecidos e outsiders’ (BALLER, 2014, p. 10).

Ele identificou três momentos de entrada de brasileiros no Paraguai. O primeiro seria nas décadas de 1950/60 com brasileiros capitalizados comprando grandes extensões de terras. O número de pessoas em movimento não era expressivo e se assentava em locais de baixa densidade demográfica. Esses proprietários eram, em sua grande maioria, originários do Sul do Brasil.

Concomitante a essas compras, atraía-se o trabalhador para “desbravar o mato”, o que integrara o segundo momento de migração para o Paraguai, considerando que:

A segunda leva de brasileiros no Paraguai caracteriza-se pelo segmento que mais se aproxima da posterior formação brasiguiaia, entre eles estão meeiros, arrendatários, operadores de máquinas, peões, assalariados rurais, pequenos proprietários, parceiros, parceleiros, porcenteiros, entre outros. Na medida em que as fazendas ficavam propícias para a monocultura, com a entrada de máquinas para plantio e colheita, a mão de obra braçal era dispensada e acabava abandonada, tanto pelos patrões, quanto pelos Estados, paraguaio e brasileiro (BALLER, 2014, p. 117).

O terceiro momento de entrada dos brasileiros foi durante e depois da construção da usina de Itaipu. Por um lado, a medida que acabava a construção da Usina, muitos trabalhadores que vieram para a região ficaram sem trabalho, e por outro os que tiveram as terras indenizadas compraram por preços mais baratos no Paraguai, e ainda os expropriados do lado brasileiro migraram como trabalhadores das fazendas no Paraguai.

Em 1985, a estrutura agrária paraguaia já mostrava os sintomas que causavam a forte concentração da terra. Nessa época, começam a retornar ao Brasil os agricultores que ocupavam as menores parcelas de terra, conseqüentemente os que tinham menos condições de competir em uma agricultura cada vez mais industrializada, somada aos problemas de documentação das terras.

### **A “identidade” brasiguiaia sem-terra**

Conforme Woodward (2000), os movimentos sociais surgiram como uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar as particularidades culturais de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão que este grupo possa estar vivendo. Em consequência disso, a política de identidade dos novos movimentos sociais busca na história as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto histórico.

Uma das principais características da mobilização dos brasiguaios é a utilização de

um discurso político que reafirma constantemente a nacionalidade brasileira, enquanto agricultores expulsos do Brasil reivindicavam os direitos que esta identidade deveria lhes oferecer. Desta maneira, a reivindicação de uma “identidade” funcionou como bandeira política, como linguagem para a reivindicação de direitos.

Para Gilberto Giménez (2007), algumas “*pertenencias sociales*” podem estar *dormidas* (identidades potenciais) e outras podem estar ativas (identidades ativas)<sup>6</sup>. E ainda existe uma terceira forma, em que podem estar politizadas, de modo que elas se destacam como se fossem a única identidade importante, para que possam servir de base à organização de uma ação coletiva (identidades politizadas). Esta ideia de pertencimentos sociais nos permite refletir acerca da própria fluidez do termo *brasiguai*. Albuquerque (2005) percebe, de acordo com suas observações de campo, que o termo adquire variações, dependendo dos agentes e da sua posição no mundo social. A imprensa brasileira, por exemplo, geralmente se refere como *brasiguaios* a todos os brasileiros que vivem no Paraguai.

Já no contexto local a palavra adquire outros sentidos: 1) como sinônimo de brasileiro pobre que viveu no Paraguai e voltou para o Brasil desde 1985, quando o próprio termo aparece pela primeira vez nas reivindicações por terras no Mato Grosso do Sul e Paraná; 2) “*brasiguayo*” é visto pelos camponeses paraguaios como empresários plantadores de soja que estão expulsando os camponeses e destruindo o meio ambiente; 3) para os próprios imigrantes e aqueles paraguaios que convivem mais diretamente com eles, “*brasiguaios*” são geralmente vistos como descendentes dos brasileiros que já nasceram no Paraguai e que têm dupla cidadania e (ou) que misturam os idiomas português, espanhol e guarani.

Muitos imigrantes e seus descendentes, por exemplo, hoje assumem a identidade paraguaia ou brasileira conforme a relação que estejam mantendo com os paraguaios ou brasileiros. Os imigrantes que ascenderam socialmente evitam o termo “*brasiguai*”, pois ainda é bastante associado aos brasileiros pobres que não conseguiram enriquecer no Paraguai. Para Ferrari (2009), existe uma diferença clara entre “*brasiguaios*” e “*brasileiros no Paraguai*”. Os primeiros “são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança”. Os segundos pelo contrário, “têm pátria, porque têm poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier” (FERRARI, 2009, p. 113).

Castells (1999) sugere que identidade deve ser entendida como sendo a “fonte de significado e experiência de um povo”, onde atores sociais dão origem à sua identidade pelo processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de

---

<sup>6</sup> Propriedades Sociais.

atributos culturais inter-relacionados. Castells divide o conceito de identidade em três: a) legitimadora; b) de resistência e c) de projeto. Belo e Pedlowiski (2014), ao explicar os conceitos de Castells, esclarecem que a identidade legitimadora daria origem à sociedade civil construída pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação, e se faz presente por meio de atores estruturados e organizados. Já a de resistência leva à formação de comunidades, sendo criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pelo processo de dominação.

As análises anteriores demonstram como os termos brasileiro, paraguaio ou brasiguai não designam necessariamente uma identidade e/ou nacionalidade, mas, conforme Bourdieu (1998), um *status*, uma condição, que neste contexto de disputa por território está relacionada também com a posse de bens materiais. Identidade, afinal, pensando na sua característica situacional e relacional, é objeto de múltiplos posicionamentos, mas neste contexto, quando se fala em brasiguaio sem-terra, destaca-se seu vínculo com a ideia de fronteiras reais ou simbólicas entre pessoas, grupos, países ou culturas.

Desta maneira, os brasiguaio sem-terra colocam para a academia um desafio metodológico que envolve a relacionalidade e a situacionalidade de conceitos como identidade e fronteira. Já para o Estado brasileiro, o desafio é que o “regresso” significa milhares de acampados *lutando* por terra. Para os brasiguaio sem-terra o desafio é terra e condições mínimas de cidadania e direitos que significam, também neste contexto, uma luta pela condição de agricultores.

Então elegemos a designação de *Brasiguaio* como um termo nativo que designa um grupo com raízes brasileiras que viveu até recentemente no Paraguai. O termo foi cunhado em 1985, durante o retorno de diversas famílias ao Brasil, no contexto de uma mobilização realizada no Mato Grosso do Sul<sup>7</sup>.

De acordo com a antropóloga Sprandel (2000), o termo “brasiguai” aparece com os primeiros grupos que retornaram ao Brasil de forma organizada, a partir de 1985.

Tal expresión, entretanto, no apareció en ningún documento o noticia anterior al 14 de junio de 1985, cuando - frente a la divulgación de un Plan Nacional de Reforma Agraria en Brasil - más de mil familias así auto-identificadas volvieron masivamente del Paraguay y armaron un inmenso

---

<sup>7</sup> No dia 14 de maio de 1985, cinco líderes das famílias que regressavam, foram até Brasília para negociar com o Ministro da Reforma Agrária a situação dos brasileiros ilegais que viviam no Paraguai. Foram informados de que, fora do país, nada podiam fazer.

campamento en la plaza principal de la ciudad fronteriza de Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando tierras (SPRANDEL, 2000, p. 30).<sup>8</sup>

No marco do primeiro congresso do MST, realizado em 1984, na cidade de Cascavel - PR, e do congresso de 1985, na cidade de Curitiba – PR, dois fatos importantes aconteceram na cena política: seria lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PRNA) e, em plano regional, estava em andamento a primeira volta massiva de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai.

Na segunda metade da década de 1980 e no começo dos 1990, contexto no qual as organizações de trabalhadores rurais ressignificam a reforma agrária como sendo um termo associado à distribuição fundiária, indissociável das ocupações e dos acampamentos de sem-terra, “nascem” os *brasiguaios sem-terra*. O destino do primeiro grupo foi o acampamento Novo Horizonte, hoje município de Novo Horizonte do Sul.

### **Novo Horizonte do Sul**

A primeira ocupação dessa área foi realizada em 1984 e, está descrita no livro de Cácia Cortêz, *A travessia do Rio dos Pássaros*, de 1985<sup>9</sup>. Nesse livro, que foi preparado para o encontro de 1985 do MST em Curitiba, a autora narra detalhadamente a trajetória e a heroicidade dos camponeses, além de fornecer dados sobre a origem dos agricultores, indicando que:

[...] os contatos se iniciam em 83 e terminam no dia 17 de fevereiro de 84, depois de 6 dias de reuniões na colônia federal de Dourados. Mais de mil famílias de arrendatários, boias-frias, posseiros, ribeirinhos, desempregados das cidades oriundos do campo, e ainda mais 60 famílias de agricultores sem-terra que estão no Paraguai sobrevivendo dos trabalhos em fazendas de latifundiários brasileiros, se prepararam para a ocupação (CORTÊZ, 1985, p. 15).

Wagner (1990), em seu livro “Brasiguaios: Homens sem pátria”, comenta que foram 200 famílias oriundas do lado Paraguaio. Nessa ocupação, lideranças que mais tarde se destacariam no Paraguai por organizar os agricultores daquele lado, foram responsáveis pelos trabalhos de base.

O jornalista Carlos Wagner, que esteve no acampamento em 1986, relata que:

<sup>8</sup> Tal expressão, entretanto, não apareceu em nenhum documento a notícia anterior a 14 de junho de 1985, quando frente a divulgação de um Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, mais de mil famílias assim auto-identificadas retornaram massivamente do Paraguai e armaram um imenso acampamento em Mundo Novo.

<sup>9</sup> O título do livro se remete ao fato de os agricultores, todos, terem atravessado o Rio dos Pássaros, muitos com água até o pescoço. A travessia iniciou de madrugada e foi concluída durante o dia. Na entrevista que realizamos com a secretária municipal de educação, ela se remete ao fato com emoção.

Os colonos não se chamam por nome, mas assim: o gaúcho, o sergipano, o baiano...ali tem acampados de todo os lados do país [...] O moleque Odílio Santarém de 14 anos [...] A história deste piá começa nos anos 60 no Rio Grande do Sul, seu avó tinha um pedaço de terras e muitos filhos [...] Seu pai, Arnaldo trabalhou de agregado no Oeste de Santa Catarina, depois foi para o Oeste do Paraná, onde casa com dona In (...) o casal foi para o Paraguai com a esperança de comprar uma terra [...] trabalharam como agregados na fazenda Botelhos, em La Paloma [...] em 1972 nasce [...] é registrado do lado brasileiro [...] em 1985 entra no MST e ocupam a gleba Santa Idalina. (WAGNER, 1990, p. 34-35)

## Segundo o IBGE (2014)

Muitas famílias foram ao Paraguai em busca de terras para cultivar e retirar o sustento para a família. Entraram aos poucos formando grupos e pequenas vilas, mas sofreram com a opressão e a exploração. Na educação, no comércio, pelas autoridades paraguaias. Muitas comunidades começaram a lutar para sair do Paraguai, sigilosamente. Com todos esses problemas e insegurança, a reforma agrária era o sonho de todo brasileiro (IBGE, 2014, p. 1).

Uma dessas famílias foi a que entrevistamos, a da professora Cleide Salomão G. Sant'Ana, conhecida como a “professora Cleide”. Ela é a atual secretária de educação do município. Ao contar sua história e como foi dar aulas no acampamento, ela relatou que sua relação com a “gleba Santa Idalina” começou antes do assentamento. Na primeira ocupação, ela com seu marido trabalhavam na fazenda da Someco e presenciaram todos os movimentos de desocupação da fazenda. Na época ela era professora municipal e foi convidada, junto com outros cinco professores a ir para o acampamento. Seu relato foi importante para entender o início da saga brasiguaiia no seu retorno.

A Irmã Alaíde Barreiros foi supervisora escolar na época da chegada dos agricultores, inclusive a professora Cleide estava nessa equipe. A Irmã Anaíde é uma lutadora histórica da região sul do Mato Grosso do Sul e pertence à congregação das Filhas do Amor Divino (FDC)<sup>10</sup>. Ela chegou ao assentamento em 1986 e, desde então, trabalha no município. Ainda hoje é muito atuante no tema de luta pela terra. A conversa com a Irmã Anaíde foi esclarecedora ao localizar o conflito que existe no Sul mato-grossense. Vários dos personagens com quem ela trabalhou fazem parte da história, ou são a história viva das mobilizações por terra na região.

A presença de setores da Igreja e da política no caso dos brasiguaios mostra como no Mato Grosso do Sul, a luta dos brasiguaios aconteceu de forma organizada em grandes grupos. No caso do Paraná, percebia-se a ausência de grupos grandes urbanizados. Uma das explicações para esse fato encontra-se em Wagner (1990).

<sup>10</sup> A Congregação das Filhas do Amor Divino foi fundada em 21 de novembro de 1868, quando a madre alemã Francisca Lechner uma comunidade religiosa que tinha como objetivo acolher as jovens que migravam para as grandes cidades da Europa em busca de emprego no contexto histórico da Revolução Industrial.



Por que os grupos de simpatizantes dos brasiguaios não conseguiram se organizar no Estado do Paraná? Em parte isto aconteceu porque a repressão nesta unidade da Federação é bem mais organizada do que no Mato Grosso do Sul. Isto se deve ao maior grau de desenvolvimento econômico da sociedade paranaense em comparação com a mato-grossense (WAGNER, 1990, p. 27).

Por outro lado, a própria capacidade de o MST organizar os camponeses, naquele momento, mostra-se frágil, devido à enorme quantidade de sem-terra no estado.

A questão dos brasiguaios era apenas *mais uma* como admitiu João Luiz Tichio – um dos articuladores do MST no Oeste do Paraná – durante uma reunião que teve no final de abril de 1986 na vila campos do Iguaçu (...) com uma forma muito polida, e até mostrando certo constrangimento, Tichio, na ocasião, disse as lideranças dos brasiguaios: Não podemos pelo grande quantidade de gente e trabalho, estamos trabalhando em um Estado fortemente repressivo e com camponeses que viram operários de Itaipu e agora querem voltar a terra, o que os torna de “difícil trato”. (WAGNER, 1990, p. 27).

A cidade de Novo Horizonte do Sul nasceu do primeiro assentamento de brasiguaios, ou do acampamento onde o termo foi cunhado conforme explicarei adiante. Outro dado importante é que o assentamento é resultado da primeira desapropriação no âmbito do I PRNA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Sprandel (1992) explica que quando trabalhava na Coordenadoria de Conflitos Agrários do extinto Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (*Mirad*) em Brasília, encontrou no seu trabalho de organização dos documentos do CCA/Mirad menções de lideranças de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai e que, sabendo da iminência do lançamento de um plano de reforma agrária, foram até o órgão para solicitar a atenção do Governo Brasileiro a sua causa. Eles viviam no Paraguai e queriam retornar. Segundo Sprandel (1992, p. 8)

Entre os documentos catalogados, havia uma volumosa quantidade de cartas, notas, telegramas, moções de apoio, fotografias e recortes de jornais referentes a um contingente de mais de mil famílias de pequenos produtores rurais brasileiros que haviam passado até mais de vinte anos residindo e trabalhando em terras localizadas na vizinha República do Paraguai.

Sprandel (1992, p. 8) descreve a origem do primeiro acampamento no Brasil desse grupo:

Na madrugada do dia 14 de junho de 1985, de forma clandestina e organizada, estas famílias retornaram ao Brasil, e ergueram um imenso acampamento na praça principal do Município de Mundo Novo (MS), próximo à fronteira seca com o Paraguai. Seu objetivo era o de pressionar o governo brasileiro para que os considerassem beneficiários preferenciais do

processo de reforma agrária em curso.

Confirmando as datas e buscando mais elementos para essa volta massiva em determinado momento, encontramos em Cortêz (1992) os motivos para a pressa dos agricultores em retornar. Ela nos conta que em 13 de março de 1985 houve uma reunião em Mundo Novo entre lideranças dos agricultores, CPT e o MST. Na reunião se discutia a situação de 300 famílias que tinham comprado lotes de terra de 50 a 200 hectares, que ao terminarem de pagar não receberam os títulos que deveriam ser emitidos pelo *Instituto de Bien Estar Rural* (o INCRA do Paraguai), a nova direção do órgão cancelou as vendas e reconheceu como donos dessas áreas latifundiários brasileiros.

E assim, no dia 14 de junho, as primeiras famílias começaram a chegar a Mundo Novo, distante 14 km da divisa. “Nós não tínhamos a dimensão do movimento que estávamos conduzindo”, relata José Lino Martins: “Eu já respirava mais fundo por ter passado pro lado de cá, a gente não tinha que ter ido se humilhar no estrangeiro”. Segundo ele “a terra é deles e não tem garantia de nada, então eles se aliam aos fazendeiros para nos tirar até a vergonha” (CORTÊZ, 1992, p. 53).

As famílias se organizaram conforme sua localidade de origem no Paraguai, assim se distribuíram em grupos no acampamento, que eram os seguintes: Santa Rosa, Canandu, Cuerpo Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapó, Ponte Kirrá e Guadalupe (NEWS, 2014).

Segundo Cortêz (1992), o instrumento de defesa do acampamento era a Comissão de Segurança, composta por 40 homens, que se revezavam na vigilância dos barracos. Sua principal tarefa “consistia em defender o espaço contra a ação do Estado que os hostilizava com a presença do policiamento ao redor” (CORTÊZ, 1992, p. 77). Essa ação policiaesca foi contestada pelo então deputado Sérgio Cruz, através de uma carta ao governador Wilson Barbosa Martins, na carta Sérgio Cruz afirma que:

a ação moderada de acampar tem o significado maior da compreensão que a luta passou a ser tratada democraticamente. O que é penoso, sobretudo para os que são enxotados do Paraguai é a ameaça da repressão policial, seca e taxativa anunciada por V. Exa. (CORTÊZ, 1992, p. 77).

Para atender à demanda dos chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS), o governo federal desapropriou, através do Decreto 9.1792, de 17 de novembro de 1985, 18.468 hectares dos imóveis Horizonte e Escondido, localizados no município de Ivinhema (MS), foi a primeira desapropriação após a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (CORTÊZ, 1992). Assim era criado o assentamento Novo Horizonte, que para aquelas famílias era uma nova chance, um novo horizonte, lembrando que essa área já

havia sido ocupada no ano anterior<sup>11</sup>.

Em dezembro 1985 a transferência dos agricultores de Mundo Novo para o Novo Horizonte foi concluída “quando chegamos a terra firme, começamos a construção dos nossos barracos”, mais famílias foram chegando “até parecia tribo de índio (...) nos viemos na frente, abrindo caminho para os que ficaram (no Paraguai)” (CORTÊZ, 1992, p. 92)<sup>12</sup>.

A professora Cleide, que é a atual secretária de educação do município, viveu o antes e o depois da chegada dessas famílias à essas novas paragens. Ela era professora em Ivinhema, trabalhou nas terras da Someco, e mais tarde tornou-se professora<sup>13</sup>. Quando da ocupação dos brasiguaios, foi transferida junto com outros seis professores para trabalhar no recém-criado projeto de assentamento<sup>14</sup>. Professora Cleide descreve a nova situação da seguinte maneira:

Eu cheguei aqui em fevereiro de 1986, ‘eles’ chegaram em dezembro de 1985. Eu era professora em Ivinhema e recebemos a proposta de vir dar aula aqui. Você sabe que onde tem uma aglomeração grande tem seus problemas, mas todo mundo assustava a gente, só falavam da parte ruim, então viemos em 26 e um não teve coragem de descer sua mudança. Ficamos duas professoras em cada grupo, recebi um barraco que ficava perto do rio.<sup>15</sup>

Uma vez que chegaram à terra, ainda havia muito a percorrer:

Mesmo estando em ‘terra firme’, as famílias continuaram acampadas por mais de meses, convivendo com os mesmos problemas de Mundo Novo, exceto a falta de espaço para a instalação de seus barracos. A morosidade na demarcação e distribuição de lotes, a falta de sementes para plantar, as dificuldades de transporte, os problemas com a alimentação e a saúde seriam questões corriqueiras das pautas das reuniões da comissão com as autoridades. (CORTÊZ, 1992, p. 93)

A professora Cleide transpareceu ter muito orgulho de ter feito parte de um *movimento*, de fazer parte de um recomeço para muitos, isso ficou claro sobre a descrição dos alunos que então faziam parte das classes.

O mais emocionante de tudo era que todos os alunos eram de ‘primeiro ano’, como eles foram alfabetizados no Paraguai eles queriam estudar aqui. Eles construíram grandes barracões, ali sentavam 3, 4 pessoas. Como percebemos que estavam em estágios de aprendizagem diferentes, no

<sup>11</sup> Assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma, conforme legislação vigente.

<sup>12</sup> Cortêz (1992) conta que seu livro foi escrito amparado nos relatos escritos no “diário do poeta”. Carlos Rodrigues conhecido como poeta registrou em um caderno os fatos que foram acontecendo do acampamento até o assentamento.

<sup>13</sup> SOMECO S.A (Sociedade de Melhoramento de Colonização).

<sup>14</sup> Ivinhema era o município onde se localizavam as terras ocupadas, em 1992 foi criado o município de Novo Horizonte de Sul.

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 21 de novembro de 2014 em Novo Horizonte do Sul.

segundo ano aplicamos uma prova e muitos foram para outros anos, mas dava gosto de ver o pessoal estudando com vontade.

Como a legislação até hoje veda o assentamento de servidores públicos, e que acaba por ser um grande problema, principalmente quando se trata de professores que atuam nos assentamentos ela descreve que não recebeu um lote na época<sup>16</sup>.

Depois de dois anos houve o sorteio dos lotes, ai eu mudei da comunidade 'Guadalupe' fui para o grupo matão, que era o centro, então foi se formando uma vila. Nós como servidores do Estado não tivemos direitos a lotes, foi o entendimento legal, porque sofrer a gente sofreu tudo isso junto.

Cleide evocava o seu *direito* baseado em seu sofrimento. Comerford (1999) que realizou pesquisa etnográfica entre trabalhadores de sindicatos rurais menciona que entre os trabalhadores o sofrimento é associado à luta e isso, para eles é um fato legitimador. Mas a história de Cleide em relação à fazenda começou antes. Ela morou nas terras da Someco com seu ex-marido na época em que ocorreu a primeira ocupação.

Eu fui professora na área da SOMECO. Você sabe que mesmo sendo uma companhia colonizadora ela não fez isso, então tinha muita madeira aqui, e poucas pessoas moravam na área onde existia uma sede, quando percebeu que ia perder a terra a empresa trouxe muitos caminhões de paraguaios para plantar milho, o povo jogava milho para parecer que a terra tava plantada.

No livro *A travessia do Rio dos Pássaros*, a autora descreve os impasses desde a ocupação e o desenrolar da desocupação, como ainda não estava efetivada essa linguagem como forma de negociação com o Estado, era chamado de invasão. Ao ouvir os relatos de Cleide era como se as peças fossem se juntando, um quebra-cabeça que se juntava.

Eu via a primeira invasão, eu nunca tinha visto tanto policial fazendo treinamento no pátio da fazenda. Teve pessoas que eu conheci na primeira invasão, a segunda vez não foi invasão, foi uma ocupação, os policiais falavam “ah você não precisa de terra”, olha teu sapato novo, foi uma violência muito grande, mesmo assim alguns voltaram nessa segunda vez.

A distinção que ela faz sobre ocupação e invasão provém do fato de que a primeira *invasão* denunciava a existência de uma terra para a reforma, e a segunda foi uma ocupação, pois nesse intervalo ficou claro que o Estado ao promover a primeira desocupação tinha um lado, estava do lado do latifúndio, então a ocupação carrega o significado da legitimidade.

---

<sup>16</sup> Norma de Execução/INCRA/Nº 18, de 19 de outubro de 2001. Não é permitido o assentamento de funcionários públicos; vejamos, um(a) professor(a) que deve morar no assentamento, ou pior, uma pessoa que fizer um curso de magistério e passar em um concurso deve optar por ser assentado(a) ou ser professor.

A professora Cleide não viveu no Paraguai e, ao ouvir as histórias, reproduz e oferece relatos sobre os *relatos* da época, o que ouvia do Paraguai: “eles reclamavam muito que o regime de trabalho era de escravidão, se trabalhava muito e se recebia muito pouco”.

Segundo as informações dadas por Cleide, o assentamento teve um desenvolvimento rápido e, no início da década de 1990, se emancipou. Segundo o IBGE:

A Gleba Novo Horizonte do Sul pertencia ao Município de Ivinhema no Sul do Estado. Com o rápido desenvolvimento, logo surgiu a luta pela emancipação política. Distante de Ivinhema, 58 quilômetros, com estradas sem pavimentação tudo dependia desta. Devido à importância socioeconômica do assentamento, em 30 de abril de 1992 foi criado o Município de Novo Horizonte do Sul, pela Lei Estadual 1.260, sendo instalado em 1 de janeiro de 1993 (IBGE, 2014)

Na época da primeira *invasão* no município de Novo Horizonte em 1984 foi a CPT da região de Dourados que auxiliou os agricultores<sup>17</sup>. Segundo Farias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada no Estado em 1978, mais especificamente a Diocese de Dourados, se dedicava “a desenvolver decisões e reflexões com a população do meio rural acerca dos problemas sociais que se evoluíam” (2012, p. 81).

Na entrevista com a professora Cleide ela citou algumas vezes a figura chave “irmã Adenaide”, também mostrou o caminho até sua casa, conhecida na cidade como a “casa das irmãs” e sugeriu que eu deveria entrevistá-la.

Ela confirmou os fatos que havia encontrado na bibliografia sobre a origem do município de Novo Horizonte do Sul:

Em 1984 aqui não tínhamos o MST, então nos tentávamos ajudar a organizar, a primeira grande ocupação do Mato Grosso do Sul foi organizada aqui, então 12 municípios se organizaram para ocupar essa área, depois de 15 dias foi feita a desocupação, graças ao acompanhamento da igreja esse despejo foi menos violento<sup>18</sup>.

Em 1985 ela descreve o regresso dos primeiros brasiguaios. Segundo ela, a ocupação de 1984 chamou a atenção do latifúndio, sendo que no próximo ano se organizou a grande ocupação de Mundo Novo, apoiada pelo deputado Sérgio Cruz e a CPT. Ela confirma que os agricultores com o advento da publicação do I PRNA se mobilizaram “e vieram através do deputado pedir ao governador, este por sua vez disse que com eles em outra pátria nada podia fazer, eles tinham de vir para o outro lado”. Com esse “convite” começaram a se organizar os grupos que retornaram meses depois.

<sup>17</sup> A CPT ajudou a organizar as primeiras ocupações. O MST se organizava nesse período, a Igreja pela sua capilaridade e pela sua ideologia foi o lugar que onde no período da ditadura os camponeses puderam ir se organizando até surgir as condições objetivas para reivindicar a terra.

<sup>18</sup> Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em de 22 de novembro de 2014.

O pessoal foi se organizando e fez esse acampamento na cidade de Mundo Novo, depois de 6 meses o INCRA viu que a coisa tava feia, e desapropriou essa terra da somco, em 1986 chegamos aqui, junto com os professores, em 1987 sortearam os lotes e em 1988 se firmou o núcleo urbano.

Adenaide também mencionava que os professores que foram enviados ao novo assentamento, foram os que na época estava “menos preparados, e além do mais eles tinham de dar aula no que eram galinheiros”. E ainda:

Tinha muita confusão que criavam os servidores públicos (pessoal do INCRA), que eram os intermediários entre os projetos, agricultores e os bancos, tinham pouco preparo, associado ao momento econômico do País e a situação de ter de lidar com uma nova moeda, todos esses fatores tornavam mais penosa a vida dos brasiguaios.

Segundo ela a continuidade da *luta por terra* hoje se dá pelos filhos dos brasiguaios, “se você for à Itamaraty você vai encontrar muitos filhos daqui, as vezes os pais já morreram, mas os filhos dos brasiguaios estão lá, ai eu penso, valeu a pena, o grito da ocupação de 84 foi o começo, a CPT apoiando deu uma segurança para os camponeses”<sup>19</sup>.

A implantação dos assentamentos é a consolidação da luta, como menciona Fernandes (1996):

A conquista da terra na implantação do assentamento significa a continuidade da luta. Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e a renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos grupos. ‘OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR’ são desafios levantados pelo novo momento histórico. Esses desafios vão exigir e proporcionar a espacialização das experiências e a territorialização da luta. O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização (FERNANDES, 1996, p. 181).

A história da conformação da luta e movimentos por terra na fronteira e a desapropriação de terras nesse período, é semelhante em diversos lugares principalmente do Sul e Sudeste do Brasil que tiveram presença forte da CPT, sindicatos e posteriormente do MST. Relata Loera (2006) o caso dos assentamentos de Sumaré em São Paulo, para os quais um grupo de acampados que recém conquistaram um pedaço de terra ajudaram outros, a partir de uma rede de conhecidos ou parentes da região, conformando assim o que a autora chama de “espiralidade da luta”.

A criação de um projeto de assentamento é a inserção de famílias em um determinado espaço, os filhos vão continuar a luta dos pais, e assim novos acampamentos

<sup>19</sup> O Assentamento Itamarati, um dos maiores do país, foi implantado em 2002 numa área de 25.000 ha, com aproximadamente 6 mil pessoas (1.100 famílias), organizado em quatro movimentos sociais (AMFFI, CUT, FETAGRI e MST), (INCRA, 2005).

vão surgir na região. Um ex-presidente do INCRA criticava essa “forma” de atuação e de luta da seguinte maneira: “Estávamos ali para negociar com o MST. Chegamos a atender suas reivindicações, mas assim que atendíamos eles ocupavam novamente. Queriam o quê? Queriam a reforma agrária ou fazer política com a gente?” (GRAZIANO, 1996, p. 73).

Mesmo a dificuldade ou situação econômica não ser a única explicação possível para a existência da luta pela terra em uma região, não podemos deixar de pensá-la como parte importante do fluxo e circulação de famílias em busca de novas oportunidades. Segundo Adenaide na década de 60 houve uma corrida para o Paraná, para as colheitas de café, “sabe, eu sou mineira e percebi que muitos saíram no passado, foram para o Paraná, depois para o Paraguai e depois pra cá, teve gente que veio direto do Paraná pra cá, ou seja, eles não entraram por essa fronteira”.

Ela conta que ouvia dos brasiguaios que lá no Paraguai eles sofriam com a exploração por parte dos agentes do governo paraguaio, mas também pelos brasileiros que moravam do outro lado. Então quando “o povo vem pra cá vem sem papeis da escola, colocavam 50, 60 alunos, tivemos de colocar tudo mundo no primeiro ano, foi um sacrifício para organizar todo esse povo na escola”.

A Irmã Elza que também vive com Adenaide e é professora aposentada também deu seu relato:

Fui enviada pra dar aula em um galinheiro, nos revezávamos em duas professoras, uma de manhã que era eu, e outra a tarde. Tínhamos de limpar as cadeiras, eles sentavam em tocos de madeira, as vezes dava aula no terreiro mesmo. Depois os INCRA fez um barracão pra fazer uma granja, como desviaram o dinheiro (os políticos), fizemos desse barracão uma escola, eu sempre respeitei, mas teve professor que tinha preconceito por eles serem do Paraguai. Dos 750 famílias de brasiguaios hoje se tiver 20% é muito, tem muito êxodo rural, e muitos filhos foram para o Itamaraty e o Tejin.<sup>20</sup>

Adenaide comenta que a criação do município pela emancipação não resultou em facilidades, mesmo o primeiro prefeito da cidade tendo sido um brasiguai, a CPT acabou tendo sempre conflitos com o *Estado* e sempre “tivemos de nos posicionar do lado dos agricultores”.

A igreja foi através da CPT o *cimento da obra* para a organização da luta pela terra e posterior surgimento do MST e outros movimentos. Stedile e Fernandes, (2012) explicam que além do componente político com a reabertura democrática do país e o componente socioeconômico que foram as mudanças na base técnica da agricultura, existiu o componente ideológico vinculado a Igreja e seu trabalho pastoral.

<sup>20</sup> Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em 22 de novembro de 2014.

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico, os padres e pastores com um caráter ecumênico passaram a fazer um trabalho de base, abandonando o trabalho messiânico (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 22).

A CPT foi importante para a organização dos camponeses que formaram o primeiro acampamento na região, o acampamento se transformou no assentamento e desse se originou o município de Novo Horizonte do Sul. A atuação da CPT que ajudou também a fundar o MST, e a nível local foi ela quem contribuiu para a organização dos agricultores para a primeira ocupação (invasão) da gleba Santa Idalina em 1984. Já no acampamento que foi montado em Mundo Novo, muitos agricultores que tinham ido para as terras da Someco e foram despejados, se mobilizaram novamente, agora sobre a bandeira do MST.

### **Acampamento Antonio Irmão Brasiguaio**

Depois de duas mudanças de lugar, as famílias do Antônio Irmão fazendo jus ao nome, decidiram organizar e acampar do lado do assentamento Santo Antônio, como lembram os acampados, e ao nome do acampamento foi acrescentado o nome “brasiguaio”, por ser a maioria do acampamento, assim passaram a ser chamados de Antônio Irmão e os *brasiguaios*.

Ao contrário do que se percebe na maioria dos acampamentos do Brasil, aqui os barracos não são só de lona preta. Loera (2006) chamava a atenção para as barracas em acampamentos do estado de São Paulo que eram em sua grande maioria pretas, e perguntando para um dos *militantes* do acampamento Terra Sem Males o porquê, ele mencionara “é uma luta, não é uma festa”. Lembrando que luta, na concepção de muitos dos participantes das ocupações e dos acampamentos adquire o sentido de sofrimento. No acampamento Antônio brasiguaio as barracas são brancas, intrigado com esse fato descobri que essa técnica tem ligação com a produção de soja, pois esse plástico é usado no Paraguai para estocar soja nos chamados silos bag.

O número de barracas hoje é 93, distribuídas em 9 grupos em um espaço de 90.000 m<sup>2</sup>, com a grande maioria (61 famílias), em um espaço de 32.000 m<sup>2</sup>.<sup>21</sup>

Chegando ao acampamento fomos direcionados para falar com o seu Zé. José Carlos de Lima, ele já esclarece<sup>22</sup>:

Aqui você vai encontrar a verdadeira história dos brasiguaio, tem muita gente espalhada por ai que se diz brasiguaio, mas aqui nos viemos de lá mesmo, nós aqui no acampamento e os ‘outros, os alemão que vieram

<sup>21</sup> Conforme dados apurados através de imagens do *Google Earth*.

<sup>22</sup> Entrevista realizada em 23 de novembro de 2014, no acampamento Antônio Irmão Brasiguaio.



depois, com um problema sério que ocorreu lá no Paraguai, chegaram aqui e não se acertemo, teve um racha e foram para o assentamento Santo Antônio.

Trabalhou com seu pai e toda a família como empregado, conseguiu plantar de *meeiro* e com os lucros das safras e em troca de desmatar a área comprou um pedaço pequeno de terra. Ao trocar esse pequeno pedaço por um maior, acabou perdendo a sua terra, ele diz:

Você sabe né moço, aquele sonho de ter alguma coisa né, sou pai de 6 filhos, você sabe né minino, foi a coisa mais triste pra mim e pros vizinhos ter de sair de repente por ordem da justiça, sair com o que deu pra carregar pro outro lado da estrada.

O seu depoimento é confirmado pelo seu genro, que é paraguaio, e agora segundo ele também é “brasiguai”, já que tem os documentos do Brasil. Ele também foi “despejado”. Mas seu José saiu antes do despejo, deixou o genro que era paraguaio. O desfecho é que o genro também foi despejado, 4 anos depois em 2013.

A(s) história(s) de vida dessas famílias é a face mais atual da história de luta por terra na fronteira, pois nos dizem a respeito da atual conformação social das mobilizações e a diversidade de motivos que levam as famílias a tentar conquistar um lote.

Seu José resume esse percurso e seus desejos: “Faz 6 anos que estou aqui, estamos em 109 famílias, daqui debaixo dessa lona, desse barraco que hoje é o que eu tenho, moro aqui porque tenho o sonho, não quero ser assalariado, começar tudo de novo, daqui saiu só pro cemitério ou pro lote”.

Segundo seu Zé, que conhecia todos os nomes dos projetos de assentamento que existem na região “em todos eles você vai encontrar brasiguai”.

Somente no município de Itaquiraí são praticamente 3.000 famílias em assentamentos para um município de 18.832 habitantes (IBGE, 2014). Em um exercício simples, chegaríamos a conclusão, precipitada talvez que a metade do município é formada pela população assentada.

Farias (2012) ao se referir aos moradores dos assentamentos vizinhos ao Antonio Irmão Brasiguai nos aponta:

Grande parte dessas pessoas relatou uma trajetória de migrações sucessivas com certas semelhanças: pessoas vinham do estado do Paraná, fixavam-se em Mato Grosso do Sul durante a infância, quando adultas partiam para cidades paulistas, regressando para o Mato Grosso do Sul. Mesmo existindo similaridades nesse processo migratório, algumas especificidades são detectadas, como por exemplo: famílias que se deslocaram diretamente do Paraná para participarem dos movimentos pela posse da terra nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul; outras pessoas, ainda na infância, chegaram com suas famílias do nordeste,

criaram no estado e quando jovens ou adultas, iniciaram participação em algum movimento social, e atualmente, são assentadas (FARIAS, 2012, p. 11).

Com o avanço do agronegócio e uma tecnologia que cada vez mais dispensa o trabalho humano, famílias que realizavam trabalho na área agrícola vão buscando outras formas de viver, circulando na região e parando onde encontram oportunidades ou alternativas. Os moradores do acampamento, por exemplo, onde foi realizado o trabalho de campo já migraram mais de uma vez.

É o caso da família de Nilson e Elvira, acampados do Antônio Brasiguai, representam a junção das duas principais correntes que fluíram na fronteira, ela de origem gaúcha/paranaense e ele nordestina/mineira, se conheceram e casaram no Paraguai, seus filhos Naiara de 16 e Kaique com 9 representam a reprodução social de uma parcela de povo que ao buscar o acampamento vai se adaptando ao meio (CODO, 1986). Para eles a tecnologia é algo para ser admirado, a tecnologia é a agricultura moderna, as máquinas e a agricultura de precisão. Os dois estudam na cidade, e quando questionados sobre como é estudar na cidade morando no acampamento eles dizem não ver nenhum tipo de preconceito. O namorado de Naiara é filho de um dos “gaúchos”, a passagem rápida da família pelo acampamento fez seus “laços”. Hoje ele mora com sua família no assentamento Santo Antônio, e visita regularmente o acampamento, assim como a família de Nilson e Elvira visita o assentamento. A força da presença de migrantes nessa região mostra que a identidade é fluida, faz-se e refaz-se no caminho e é, segundo Thompson (1998), ambígua, alternando nos sujeitos a deferência demonstrada como conformidade com o *status quo*, a rebeldia surgida diante das experiências de exploração, dificuldades de sobrevivência.

A localização do acampamento é estratégica para se *sair trabalhar fora*, uma vez que dos dois lados existe fazenda, de um lado gado e de outro milho/soja, então as pessoas ali vão trabalhar fora. Zé complementa: “Aqui a gente sai de madrugada, pulamos 2 horas da manhã da cama, as 3 estamos saindo, as 4 a gente tá no eito, quando é as 9/10 a gente tá voltando, ai ficamos aqui no barraco. Passa o povo e grita “vai trabalhar seu vagabundo”<sup>23</sup>.

O trabalho que eles fazem é no “arrancadão”, que consiste em retirar a mandioca que a máquina “soltou” e colocar no caminhão, como o calor na região é forte, esse trabalho é feito na madrugada/manhã, e acaba sendo um trabalho despercebido. Isso aliado ao fato do grande analfabetismo, não só escolar, também político, mas também pelo preconceito que sofre o agricultor sem-terra, os xingamentos vindos da rodovia foram por mim percebidos nos dias que estive ali. Muitos motoristas xingam e até atiram objetos contra os acampados.

Na região a atividade predominante é pecuária e também existem expressivas

---

<sup>23</sup> Entrevista realizada em 25 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguai.

plantações de mandioca onde o trabalho manual é importante. Do acampamento todo dia sai um ônibus que leva 35 – 40 pessoas, o que significa 4 a 5 “turmas”<sup>24</sup>. A turma é um grupo responsável por encher uma “carreta”, isso feito o grupo volta para o acampamento. Todos que conversei durante o trabalho de campo consideraram esse trabalho pesado, porém bem remunerado. Seu Zé relatava que todos trabalham duro durante a semana, mas no fim de semana tem de ter um “churrasco né, a gente é sem-terra, mas não é pobre, queremos um pedaço de terra pra viver”.

O vizinho de seu Zé, Celso, que nasceu no Sudoeste do Paraná, seus pais são gaúchos e se mudaram em busca de terras em 1950, mudou com a família para o Paraguai, onde se casou e teve filhos, paraguaios naturalizados brasileiros. Conta que foi para o Paraguai para trabalhar, conseguiu comprar terra, mas como “lá os documentos são muito complicados”, diz que morava logo na entrada do Paraguai e ali acabou perdendo o seu pedaço de terra. Segundo ele era terra de assentamento, da *reforma* do Paraguai. O fato de que lá, por serem considerados estrangeiros acabam perdendo o lote adquirido<sup>25</sup>.

Ele também sofreu com a geada dos anos de 1990 que acabou com a plantação de café, o que explica o retorno organizado em 1992. Cortêz (1992) relata no seu livro “Brasiguaios: refugiados desconhecidos” que na época da ditadura, o serviço militar no Paraguai era obrigatório, e para poder estudar os brasileiros acabaram tirando os documentos do Paraguai e inevitavelmente iam servir ao exército. Celso relata o caso de muitos conhecidos seus que realizaram o serviço militar obrigatório no Paraguai, ao mesmo tempo em que menciona que a ditadura, para ele, tinha suas vantagens, “não tinha roubo né?”, mas depois segundo ele, veio “uma roubalheira”. Ele relata qual era o processo de trabalho e circulação nesse espaço de fronteira “Você ia para o Paraguai e pegava uma terra por 6 anos, cortava o mato e formava a lavoura, depois de 6 anos entrega para o dono, depois de um tempo com o mato cortado pegávamos por 3 anos e depois entregava”.

O relato de Celso mostra como operava o “plano” de ocupação. Você tinha um verdadeiro campesinato de fronteira (VELHO, 1976), para esses agricultores era algo natural desmatar, queimar, plantar, roçar, plantar e depois ir para outra área.

A percepção positiva da fronteira como possibilidade é confirmada por Velho (1976), para ele, “... o que a fronteira quando se abre parece representar é na verdade, um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura.” (VELHO, 1976, p. 97). Nesse novo espaço, o camponês se liberta dos antigos laços sociais que o prendiam nas áreas velhas, de onde provêm, tendo adquirido, num período de tempo relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado. Velho (1976) considera, assim

---

<sup>24</sup> Carreta é um caminhão que carrega 30 toneladas, se chama carreta por estar engatado a um caminhão, sendo a parte da carga como um trailer.

<sup>25</sup> Entrevista realizada em 24 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguaião.

que “... esse campesinato parece estar gradativamente se desmarginalizando. Esse neocampesinato vai justificado economicamente sua existência, embora isso não lhe garanta automaticamente a sobrevivência” (VELHO, 1976, p. 198).

Celso conta:

Se plantava muito café, você andava 30 quilômetros e só via café, aí veio a geada e acabou com o café, o povo desanimou e foi plantar soja, aí não precisava de tanta mão de obra, o mato já tava cortado. Aí conseguimos nessa época comprar uma terrinha, essa da ‘reforma’ de lá.

Celso relata aqui que conseguiu comprar uma pequena parcela de terras da “reforma de lá” para se referir a uma situação que ouvi mais de uma vez nesse trabalho; o agricultor brasileiro que com o trabalho como peão, meeiro ou posseiro conseguia juntar algum dinheiro, comprava os “direitos” do equivalente a um lote decorrente da política de distribuição fundiária, chamada pelos meus interlocutores de *reforma agrária* e ali permanecia, sem documentos. Depois, geralmente em condições de conflito, principalmente depois da eleição de Fernando Lugo, era retirado dessa terra, segundo os agricultores, pelos *carperos* e a ele restava voltar ao Brasil.<sup>26</sup>

Vinha o governo e comprava a terra, entregava pro campesino, o campesino já passava pro brasileiro pequeno, a gente né, depois vinha os campesino no movimento deles, os carperos, e desocupavam a terra na marra, depois que veio o Lugo foi pior.

Relatando seu retorno ao Brasil e a longa permanência e alguns despejos, ele comemora o surgimento de um novo acampamento de Brasiguaios na região.

Pra gente foi bom esse acampamento né, a gente tava sozinho aqui nessa conesul, tivemos 3 rachas aqui, primeiro saiu o povo dos gaúchos, depois levaram um pessoal pro “paraíso” e depois pra Cascavel...no Paraná é bem melhor né, porque o pessoal já faz o acampamento na área e já vai plantando...aqui a gente entra na área e a “pessoal” já vem e faz o despejo.

Como os outros, Celso se apresenta e sente-se como brasileiro, ele explica como isso é possível, mesmo vivendo em outro País.

Depois eu fui outra área, pequena, mas aí não teve jeito, não conseguia competir, fiquei de 85 até 2009, a família nascia lá e vinha registrar aqui no Brasil, meus filhos aprenderam o paraguaio, porque tinha de estudar lá, mas eu nunca deixei de ser brasileiro.

<sup>26</sup> Lugo nasceu em 1951, em 1970 ingressou no noviciado dos Missionários do Verbo Divino e em 1977 foi ordenado sacerdote católico transferindo-se para o Equador a fim de trabalhar com o Monsenhor Leonidas Proaño (um dos expoentes da Teologia da Libertação). Foi eleito em 2008 presidente do Paraguai.

Celso nos apresenta mais uma forma de se identificar como os paraguaios se referem a uma pessoa de origem brasileira: “Lá no Paraguai eles chamam o brasileiro de ‘rapaz’, se ele te falar rapaz pode saber que ele tá te chamando de brasileiro”.

Como já mencionamos, a identidade não é somente uma categoria de análise, mas também de prática. Brubaker (2001), propondo que o termo identidade pode ser visto pelo prisma da identificação, onde o conceito não pode existir a despeito da prática, então os grupos desenvolvem práticas legítimas através do discurso para disputar simbolicamente o mundo social. Assim os brasileiros podem ser nomeados de brasiguaios, os paraguaios chamam de brasileiros ou brasiguaios, os camponeses sem-terra que estão no Brasil se auto-identificam como brasiguaios, ao mesmo tempo podem ser chamados de *rapaz, brasileiro ou brasiguai* pelos Paraguaios. Por outro lado nomeiam os moradores do país vizinho como *carpero, campesino etc...*

No caminho percorrido no trabalho tivemos de desfazer certezas pré-concebidas, que o trabalho de campo mostrou incompletas, e acrescentarmos outras. O recorte temporal conferiu ao trabalho o entendimento de que a questão agrária brasiguai é um processo e como tal só pode ser recortado analiticamente, pois para os nossos interlocutores se torna um movimento constante, um caminho de sucessivas idas e vindas.

## Considerações Finais

A identidade transnacional está longe de ser homogênea, mas sim uma rede entrelaçada de complexos significados simbólicos que reorganizam a compreensão do que é a fronteira, e isso ficou claro no trabalho de campo realizado em Novo Horizonte do Sul, foi ali, pela primeira vez, que existiu uma demanda de terra baseada no discurso da identidade (SPRANDEL, 1992). Buscando compreender a espiralidade da luta e a formação de novos acampamentos, percebemos que o termo brasiguai voltou a ser usado depois de 1990 em poucos materiais acadêmicos e novamente retomado com o surgimento do acampamento em Itaquiraí. O acampamento que foi organizado inicialmente sem o nome *brasiguai*, depois que recebeu uma leva considerável de agricultores do Paraguai, acrescentou o adjetivo a seu nome.

Bourdieu (2011) observou que os objetos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem ‘realidades que se tornam notadas’, os investigadores tomam como objeto os problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, “a primeira urgência, nestes casos, seria tomar para objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura” (BOURDIEU, 2011, p. 28). Assim reconhecemos que ao adotar como tema a história dos

brasiguaios, “velhos” e “novos”, acrescentamos uma complexidade que inicialmente pretendia ser o diferencial de uma pesquisa sobre um acampamento comum. No entanto, se nos apresentou uma “categoria dentro de uma categoria”: o brasiguaião sem-terra.

Inicialmente imaginávamos que encontraríamos os expropriados de Itaipu, isso não ocorreu diretamente, não conseguimos nesse pequeno universo, que foi Novo Horizonte do Sul e o Antonio Irmão encontrar pessoas que estiveram diretamente envolvidas com Itaipu.

A fronteira que percebemos nas entrevistas e andanças na região se apresenta de diversas formas, desde a fronteira física, as fronteiras de nacionalidade, e as fronteiras entre ser “sem-terra”, acampado, militante, dirigente, etc.

Conseguimos sim confirmar uma hipótese inicial; a questão brasiguaiã não está resolvida. Identificamos nesse momento um grande fluxo de ‘retorno’, a subida do dólar fez com que o movimento de compras de brasileiros do lado paraguaio diminuísse muito, com isso muitas famílias que tinham uma ou duas pessoas empregadas perderam seu trabalho, sendo agora desempregados e ex-agricultores que vão buscar na *reforma* uma oportunidade de recriação. E os acampamentos se conformam assim de uma diversidade heterogênea de famílias e projetos de luta.

A identidade brasiguaiã é uma identidade de projeto (CASTELS, 1999), uma identidade politizada (GIMENÉZ, 2007), ou seja, ela é relacional (BRUBAKER, 2001), os territórios podem estar em movimento, pois a sua plasticidade (THOMAZ, 2009) é garantida pela mobilidade das pessoas, ao cumprirem papéis sociais, alteram e são alterados pelo meio. O MST vem construindo o seu espaço político na conflitualidade, gerando saberes e esperanças num refazer-se contínuo. Como nos coloca Thompson (1988), a classe trabalhadora não pode ser analisada como uma estrutura, como uma categoria estática, mas como uma formação social e cultural em movimento que também alteram os territórios e se movimentam com ele, delineando novas fronteiras. Assim não podemos entender o MST e os camponeses latino-americanos dentro de uma estrutura determinada, mas sim num processo contínuo do fazer-se na luta, onde os sujeitos desse processo elaboram as mais diferentes formas de resistência.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais.** A imigração brasileira no Paraguai. Tese de doutorado. Fortaleza: Programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Federal de Ceará, 2005.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014).* Tese de doutorado. Dourados: UFGD, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem-terra**. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2014.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. **Além da identidade**. Teoria e Sociedade, California/los Angeles/ Michigan, n. 29, p.1-47, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CODO, Wanderley. **O Que é Alienação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Stedile e Fernandes 2012

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5), 1999.

CORTÊZ, Cácia. **A travessia do Rio dos Pássaros**. Campo Grande: [s.n], 1985.

\_\_\_\_\_. **Brasiguaios**: os refugiados desconhecidos. Campo Grande: Brasil Agora, 1992.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Viver na terra e viver da terra: sociabilidades no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul, **REDD** – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária**, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na fronteira**: O avanço do agronegócio e exploração dos brasiguaios no departamento de Alto Paraná/PY. Dissertação de mestrado em Geografia. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Estudios sobre la cultura y las identidades sociales**. Mexico: Conaculta-iteso, 2007.

GRAZIANO, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Novo Horizonte do Sul**. IBGE cidades, 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LOERA, Rangel Nashieli. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: CERES/Polis, 2006.

MARTINS, José de Souza. O Brasil arcaico contra o Brasil moderno. In: MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

NEWS. **A cidade dos brasiguaios**. Disponível em <www.nhsnoticias.com.br>. Acesso em 13 de abril de 2015.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /PESSANHA NEVES, Delma (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SOUCHAUD, Sylvain. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Assunção: UNFPA ADEPO, 2007.

\_\_\_\_\_. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (orgs). **Enclave sojero**: merma de soberanía y pobreza. Assunção: CERI, 2011.

SPRANDEL, Márcia. A. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado – PPGAS, Museu Nacional.

\_\_\_\_\_. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. In: Pastoral do Migrante et al. (org.). **O fenômeno migratório no limiar do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Una Identidad de Frontera y sus Transformaciones. In: **Colección Signo**. Tradução: Laura Abramzón. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. O saber antropológico de um ponto de vista comparativo. In: **V Reunião de Antropologia do Mercosul**, 2003, Florianópolis: V Reunião de Antropologia do Mercosul. Antropologias em Perspectivas. Programa e Resumos. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. Tese de Livre Docência. São Paulo: [S.n], 2009a. Volumes I e II. UNESP, 2009.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1976]2009.

WAGNER, Carlos. Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

WOODWARD, Kathryn (Org.). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A Perspectiva de Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2016.



Devolvido para a revisão em 28 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de novembro de 2016.